



Foto 1 – Vista geral do terreno (O-E)



Foto 2 – Vista geral do terreno (NO-SE)



Foto 3 – Vista geral do terreno (SO-NE)



Foto 4 – Vista geral do terreno (NE-SO)



Foto 5 – Vista geral do terreno (E-O)



Foto 6 – Vista geral do terreno (SO-NE)

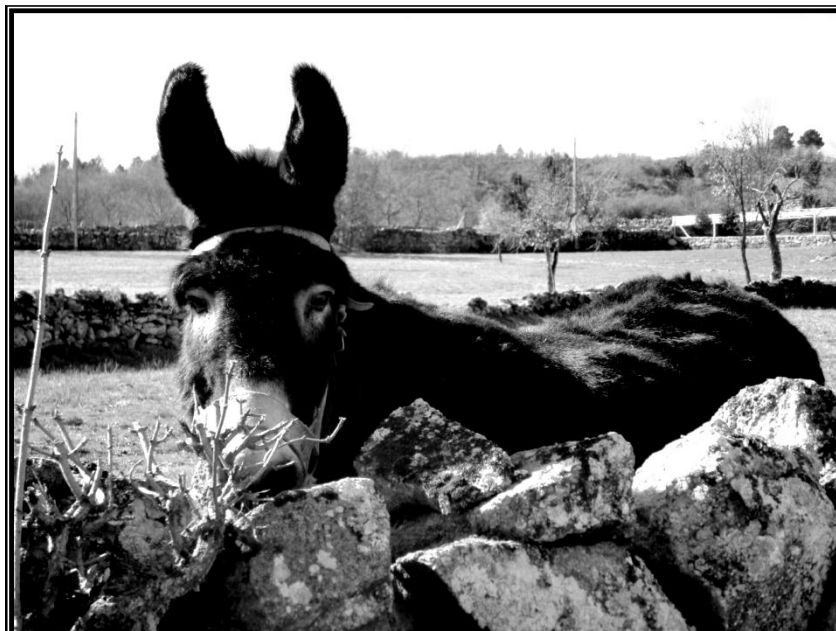


Foto 7 – Vista geral do terreno (SO-NE)



Foto 8 – Vista geral do terreno (SO-NE)

RELATÓRIO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS



Descritor de Património para Estudo de Impacte Ambiental
(Projeto de Execução)

Exploração Pecuária do Monte Ruivo
(Arraiolos)

Entidade Contratante: ECOPHYSIS AMBIENTE, UNIPessoal, LDA

Entidade Executante: TERRALEVIS, Património, Arqueologia e Sistemas de Informação, LDA

Promotor do Projeto: FONTEMBRO, Sociedade Agrícola e Imobiliária S.A.

Julho de 2021



TERRALEVIS

1 Resumo

Os trabalhos arqueológicos (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica do terreno), executados no âmbito do Descritor Património para o Estudo de Impacte Ambiental (Projeto de Execução) do projeto de exploração pecuária do Monte Ruivo (Arraiolos) não revelaram a existência de ocorrências patrimoniais na área de incidência deste projeto.

Por este motivo, não existem condicionantes patrimoniais para o licenciamento das instalações existentes e das áreas anexas.

A concretização do projeto deverá ter acompanhamento arqueológico permanente e presencial durante as operações que impliquem desmatamentos e movimentações de terras (escavações e terraplanagens), quer estas sejam feitas em fase de construção, quer nas fases preparatórias, como a abertura de valas ou a desmatagem.

Após a desmatagem do terreno, será necessário proceder a novas prospeções arqueológicas sistemáticas, no solo livre de vegetação, para confirmar as observações constantes neste texto e identificar eventuais vestígios arqueológicos, numa fase prévia à escavação.

2 Índice

<u>1</u>	<u>RESUMO</u>	<u>2</u>
<u>2</u>	<u>ÍNDICE</u>	<u>3</u>
<u>3</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>5</u>
3.1	SÍNTESE DA MEMÓRIA DESCRITIVA DO PROJETO	5
<u>4</u>	<u>SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA</u>	<u>6</u>
4.1	METODOLOGIA	6
4.1.1	Levantamento de informação	6
4.1.1.1	Escala de análise espacial	6
4.1.1.2	Recolha bibliográfica	6
4.1.1.3	Análise toponímica	7
4.1.2	Prospecção arqueológica	7
4.1.2.1	Visibilidade do terreno	8
4.1.2.2	Ficha de sítio	9
4.1.2.3	Registo fotográfico	10
4.1.2.4	Registo cartográfico	10
4.1.2.5	Informação oral	11
4.1.3	Valor patrimonial	11
4.2	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	14
4.3	FACTOR DE PATRIMÓNIO	16
4.3.1	Caraterização da paisagem e do terreno	16
4.3.2	Ocorrências patrimoniais	18
<u>5</u>	<u>AValiação de IMPACTE PATRIMONIAL</u>	<u>19</u>
5.1	ANÁLISE DOS IMPACTES PATRIMONIAIS	19
5.1.1	Fase de exploração	19
5.1.2	Síntese de impactes	19
5.2	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO PATRIMONIAL	19
5.2.1	Fase de construção (acompanhamento arqueológico)	19
<u>6</u>	<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>21</u>
<u>7</u>	<u>FICHA TÉCNICA</u>	<u>22</u>
	<u>ANEXO I: DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA</u>	<u>23</u>
	<u>ANEXO II: INVENTÁRIO DE FOTOGRAFIAS</u>	<u>24</u>

3 Introdução

A **Terralevis, Património, Arqueologia e Sistemas de Informação, Lda** foi contratada pela empresa **Ecophys Ambiente, Unipessoal Lda** para fazer o Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental (Projeto de Execução) da Exploração Pecuária do Monte Ruivo (Arraiolos).

Considerando as características do projeto, este trabalho tem um caráter geográfico pontual, porque está circunscrito à atual área de implantação da exploração pecuária.

A estratégia aplicada neste estudo dividiu-se em três etapas:

1. Planeamento e levantamento bibliográfico de toda a informação disponível.
2. Realização de prospeções arqueológicas sistemáticas em toda a área de implantação deste projeto.
3. Elaboração de um relatório final.

O presente texto tem com principais objetivos:

1. Caracterização dos locais com valor patrimonial identificados na área de incidência do projeto.
2. Avaliação patrimonial de cada sítio.
3. Avaliação de impactos patrimoniais.
4. Proposta de medidas de mitigação patrimonial (específicas e genéricas).

3.1 *Síntese da memória descritiva do projeto*

Prevê-se a construção de uma exploração de engorda e acabamento de suínos, no prédio localizado na Herdade do Monte Ruivo, freguesia de Vimieiro, concelho de Arraiolos, com a área total de 202,10 ha.

O Projeto é composto por 9 pavilhões de engorda e um sistema de lagoas de tratamento, com uma capacidade para cerca de 10.000 porcos.

A zona considerada para implantação dos pavilhões da presente proposta foi definida com base nas condicionantes dos regulamentos em vigor, nomeadamente a inserção da proposta fora dos limites da REN, e na tentativa de maximizar as características do local, aproveitando ainda a serventia particular existente e realizando uma nova serventia que interligará a existente que dá acesso à estrada nacional com a exploração agropecuária.

4 Situação de Referência

4.1 Metodologia

Os trabalhos arqueológicos que aqui se propõem foram executados segundo o Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro de 2014), Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual dada pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro (Regulamentação dos Procedimentos de AIA), os Decretos-lei n.º 114/2012 e n.º 115/2012, de 25 de Maio de 2012 (Lei orgânica das Direções Regionais de Cultura e da Direção-Geral do Património Cultural, respetivamente).

O pedido de autorização de trabalhos arqueológicos (P.A.T.A.) foi enviado à Direção Geral de Património Cultural, no dia 20 de Junho de 2021, com a direção científica de João Albergaria.

Os trabalhos realizados não se sobrepõem com outros trabalhos aprovados pelas Direções Regionais de Cultura e pela Direção Geral de Património Cultural. A equipa técnica teve uma afetação de 100% a este projeto.

4.1.1 Levantamento de informação

4.1.1.1 ESCALA DE ANÁLISE ESPACIAL

A situação atual do fator Património circunscreve uma pequena **área de enquadramento histórico**, que tem a finalidade de facilitar a integração dos elementos patrimoniais eventualmente registados nas prospeções arqueológicas. A **área de incidência do projeto** corresponde aos limites da atual propriedade, que integra áreas já construídas e as áreas anexas. A **área de impacte indireto** corresponde à área prospetada sem afectação direta no solo.

4.1.1.2 RECOLHA BIBLIOGRÁFICA

O levantamento da informação de cariz patrimonial e arqueológico incidiu sobre os seguintes recursos:

- *Portal do Arqueólogo: Sítios* (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, doravante designada *Endovélico*)¹ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC).
- *Ulysses, sistema de informação do património classificado/DGPC*² da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC).
- *SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*³ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC).

¹ <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>. O Código Nacional de Sítio (CNS) dá acesso à ficha com a descrição do mesmo no *Endovélico*

² <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/>

³ http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/Default.aspx

- *Património Geológico de Portugal: Inventário de geossítios de relevância nacional* da responsabilidade da Universidade do Minho⁴
- *Vias Romanas em Portugal: Itinerários*⁵ da autoria de Pedro Soutinho
- Googlemaps⁶
- *Plano Director Municipal de Arraiolos*, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº18/2003, *Diário da República*, Série I-B, nº 37 de 13/02/2003, 921-937, alterada pela Declaração n.º 162/2006, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 225 de 22/11/2006, pelo Aviso n.º 25803/2010, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 238 de 10/12/2010 e pelo Aviso n.º 10957/2011, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 95 de 17/05/2011; corrigido pela Declaração n.º 183/2013, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 161 de 22/08/2013; alterado pela Declaração n.º 192/2013, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 179 de 11/09/2013; retificado pela Declaração de retificação n.º 1065/2013; novamente alterado pela Declaração n.º 105/2015, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 91 de 12/05/2015, 11713- 11714, pela Declaração n.º 73/2017, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 178 de 14/09/2017, pelo Aviso n.º 18471/2018, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 238 de 11/12/2018 e pelo Aviso n.º 19623/2020, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 233 de 30/11/2020.
- *Município de Arraiolos: Observ@ o teu Território* (<https://observa.municipioarraiolos.pt/>, 16/06/2021)
- *Município de Arraiolos: Portal SIG* (<http://sig.municipioarraiolos.pt/>, 15/06/2021)
- *Município de Arraiolos: Visitante: Património* (<https://www.cm-arraiolos.pt/visitante/patrimonio/casa-da-mala-posta-ou-casa-do-capitao-mor/>, 16/06/2021)
- Bibliografia publicada sobre a região.

4.1.1.3 ANÁLISE TOPONÍMICA

A análise dos topónimos recenseados na CMP 1:25000 verificou a ausência de topónimos com potencial significado arqueológico na área de projeto do empreendimento em estudo.

4.1.2 Prospeção arqueológica

As prospeções arqueológicas realizaram-se no dia 17 de Julho de 2021, de forma sistemática em toda a área de incidência do projeto.

Conforme consta no Formulário que acompanha o Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos, o técnico responsável foi devidamente autorizado pelo promotor do Estudo Ambiental para realizar prospeções arqueológicas nos terrenos e responsabiliza-se por eventuais danos causados pela atividade arqueológica.

Os meios usados no trabalho foram: indumentária tradicional para prospeções arqueológicas (que incluiu chapéu e casaco com sinalização), máquina

⁴ <http://geossitios.progeo.pt/index.php>

⁵ <http://viasromanas.pt/>

⁶ <https://maps.google.pt/>

fotográfica digital (a partir da qual se obtiveram as imagens constantes no relatório) e cartografia impressa (implantação da linha/apoios nas respetivas Cartas Militares de Portugal, no levantamento topográfico à escala de projeto de execução e na imagem aérea). A sinalização e segurança foi efetuada conforme a legislação prevista para este tipo de trabalhos de campo.

A documentação recolhida nos trabalhos de campo foi integralmente transposta para o atual relatório. Como não foram recolhidos materiais arqueológicos no decorrer das prospeções arqueológicas, não há necessidade de fazer qualquer depósito de materiais arqueológicos.

Nesta fase de avaliação ambiental não estão previstas ações de divulgação pública dos resultados obtidos nas prospeções.

4.1.2.1 VISIBILIDADE DO TERRENO

O descritor de visibilidade do terreno encontra-se organizado em duas categorias subordinadas: a primeira consiste numa análise geral da visibilidade do terreno, que permite distinguir as grandes unidades de observação; a segunda distingue-se pela necessidade de pormenorizar o grau de visibilidade do terreno (ver Quadro 2).

Visibilidade má do terreno	1	Intransponível ao percurso pedestre.
Visibilidade mista do terreno	2	Arvoredo denso, mas com o mato medianamente limpo. Facilita o percurso pedestre e a observação geral do terreno.
Visibilidade média do terreno	3	Arvoredo pouco denso e com vegetação acima do joelho. Facilita o percurso pedestre e a observação de construções.
Visibilidade boa do terreno	4	Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Facilita o percurso pedestre, a observação de construções e de materiais arqueológicos.
Solo urbano	5	Sem arvoredo, com vegetação abaixo do joelho, grande quantidade de entulho e de lixo recente. Observação de construções, mas superfície de solo original sem qualidade de observação.
Aterros e escavações	6	Sem arvoredo, sem vegetação e com o terreno completamente revolido. Superfície do solo original sem qualidade de observação.
Área vedada	7	Intransponível ao percurso pedestre.
Terreno de forte inclinação	8	Percurso pedestre dificultado por questões de segurança.
Áreas de fogo e de desmatção	9	Arvoredo pouco denso e vegetação rasteira Facilita o percurso pedestre, a observação de construções e de materiais arqueológicos.

Quadro 1 - Graus de visibilidade do terreno

Visibilidade mínima da superfície do solo	4.1	Vegetação rasteira a cobrir a quase totalidade do solo. Observação facilitada de construções, mas com identificação difícil de materiais arqueológicos.
Visibilidade intermédia da superfície do solo	4.2	Vegetação rasteira a cobrir parcialmente o solo. Observação facilitada de construções e identificação razoável de materiais arqueológicos.
Visibilidade elevada da superfície do solo	4.3	Solo limpo por trabalhos agrícolas recentes. Observação facilitada de construções e de materiais arqueológicos.

Quadro 2 - Grau de diferenciação do descritor 4

4.1.2.2 FICHA DE SÍTIO

O registo dos sítios com valor patrimonial identificados no decorrer dos trabalhos de campo é feito numa ficha criada para este efeito.

A Ficha de Sítio encontra-se organizada em cinco grupos de descritores relacionados com os seguintes objetivos:

- Identificação;
- Localização administrativa e geográfica;
- Descrição da Paisagem;
- Caracterização do material arqueológico;
- Caracterização das estruturas;
- Avaliação e classificação do valor patrimonial;
- Avaliação e classificação do valor de impacto patrimonial.

Designação	Nome do lugar identificado ou do topónimo mais próximo situado na mesma freguesia.
CNS	Classificação Numérica de Sítios, atribuída na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Tipo de sítio	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Período	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Tipo de trabalhos realizados	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Classificação oficial	Tipo de Classificação Oficial.
Legislação	Decreto-Lei que define a Classificação Oficial.
ZEP	Zona Especial de Proteção, com o Decreto-Lei que a define.
Número	Numeração sequencial dos sítios identificados.

Quadro 3 - Grupo de descritores relacionado com a identificação de sítio

Topónimo	Topónimo na CMP 1:25000 mais próximo situado na mesma freguesia.
Lugar	Nome do lugar situado mais próximo, considerando sempre as fontes orais.
Freguesia	Freguesia onde está localizado.
Concelho	Concelho onde está localizado.
Sistemas de Coordenadas	ETRS 89

Quadro 4 - Grupo de descritores relacionado com a localização de sítio

Acessibilidade	Tipo de Acessos e respetiva inventariação.
Âmbito geológico	Caraterização geológica sumária do local de implantação do sítio.
Relevo	Descrição sumária do relevo onde o sítio se encontra implantado.
Coberto vegetal	Descrição sumária da vegetação que cobre e circunda o sítio.
Uso do solo	Descrição do uso do solo no local implantação do sítio.
Controlo Visual da Paisagem	Descreve a amplitude da paisagem observável a partir do sítio.
Tipo de vestígios identificados	Caraterização dos vestígios que permitiram a identificação do sítio.

Quadro 5 - Grupo de descritores relacionado com a descrição da paisagem envolvente

Área de dispersão	Caraterização da área de dispersão do material arqueológico.
Tipo de dispersão	Caraterização da forma como o material arqueológico se distribui pela área do sítio.
Tipo de material presente	Recenseamento dos tipos de material arqueológico observados no sítio.
Caraterísticas do material identificado	Descrição mais pormenorizada do material arqueológico observado.
Cronologia do material identificado	Caraterização cronológica do material arqueológico observado.

Quadro 6 - Grupo de descritores relacionado com a caracterização do material arqueológico

Estado de conservação	Caraterização do estado de conservação das estruturas.
Descrição da planta e relação espacial das estruturas	Descrição da forma como as estruturas identificadas se organizam espacialmente.
Modo de construção	Descrição do modo de construção de cada estrutura.
Materiais de construção	Descrição dos materiais usados na construção de cada estrutura.
Descrição das estruturas	Descrições das caraterísticas de cada estrutura que não tenham sido assinaladas nos campos anteriores.
Interpretação funcional das estruturas	Proposta da função de cada estrutura.
Elementos datantes da estrutura	Registo de eventuais elementos datantes intrínsecos a cada estrutura.

Quadro 7 - Grupo de descritores relacionado com a caracterização das estruturas

4.1.2.3 REGISTO FOTOGRÁFICO

O registo fotográfico realizado teve como objetivos a obtenção de imagens dos sítios com valor patrimonial, da paisagem envolvente, do relevo e da vegetação que cobria o terreno, na área que será afetada por este projeto.

4.1.2.4 REGISTO CARTOGRÁFICO

A área de projeto foi delimitada na Carta Militar de Portugal, mais concretamente na folha n.º 425 (Anexo I, Fig.^a 1, à escala 1:25.000).

O projeto de execução e o grau de visibilidade do terreno foram assinalados na cartografia de projeto, *vide* Anexo I, Fig. 2 e Fig. 3, à escala 1:5000.

4.1.2.5 INFORMAÇÃO ORAL

No decorrer das prospeções arqueológicas sistemáticas não se obteve informação oral relevante para este estudo.

4.1.3 Valor patrimonial

A avaliação do **Valor Patrimonial** é obtida a partir dos descritores considerados mais importantes para calcular o valor patrimonial de cada sítio. O valor patrimonial é calculado usando as categorias apresentadas no Quadro 8, às quais é atribuída uma valoração quantitativa.

Valor da Inserção Paisagística	2
Valor da Conservação	3
Valor da Monumentalidade	2
Valor da raridade (regional)	4
Valor científico	7
Valor histórico	5
Valor Simbólico	5

Quadro 8 - Fatores usados na avaliação patrimonial e respetiva ponderação

Por **Valor da Inserção Paisagística** entende-se a forma como o sítio se relaciona com o espaço envolvente, se esta relação acrescenta ou não valor ao sítio, assim como a avaliação da qualidade desse espaço. Se, por exemplo, a paisagem onde o sítio se encontra se apresentar semelhante à paisagem original, entenda-se a paisagem contemporânea da construção e utilização do sítio, a sua inserção paisagística será considerada “com interesse”.

Nos casos em que não foi possível determinar este valor, o mesmo não contribuiu para o cálculo do Valor Patrimonial.

Com Interesse	5
Com pouco interesse	2
Sem Interesse	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 9 - Descritores do Valor da Inserção Paisagística e respetivo valor numérico

O **Valor da Conservação** avalia o estado de conservação da incidência patrimonial em questão. Do valor deste item pode depender uma decisão de conservação e/ou restauro de um sítio, já que é mais profícuo, se todas as outras variáveis forem iguais, investir na conservação de um sítio em bom estado do que num sítio em mau estado.

O nível de conservação de um sítio subterrado é desconhecido, portanto este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Bom	5
Regular	2
Mau	1
Desconhecido	Nulo

Quadro 10 - Descritores do Valor da Conservação e respetivo valor numérico

O **Valor da Monumentalidade** considera o impacto visual da incidência patrimonial no meio envolvente, dadas as suas características arquitetónicas e artísticas. Avalia simultaneamente o impacto que resulta de uma intenção evidente dos construtores do sítio em questão e o impacto que é atualmente observável, que decorre da evolução do sítio e da paisagem onde se insere, assim como da evolução das categorias culturais que reconhecem, ou não, a monumentalidade de um sítio.

É claro que a atribuição deste valor deve ser avaliada regionalmente. A valorização das suas características arquitetónicas e artísticas foi feita tendo em consideração a sua relevância a nível regional.

Também neste caso não foi possível determinar o Valor da Monumentalidade de um sítio totalmente enterrado e, nesse caso, este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 11 - Descritores do Valor da Monumentalidade e respetivo valor numérico

O **Valor da Raridade** é determinado pela quantidade de incidências patrimoniais com as mesmas características daquela que se encontra em avaliação na região em estudo. Houve situações, por incapacidade de caracterizar convenientemente o objeto em estudo, em que se desconhecerá a raridade do mesmo. Nesse caso este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Único	5
Raro	4
Regular	2
Frequente	1
Desconhecido	Nulo

Quadro 12 - Descritores do Valor da Raridade e respetivo valor numérico

O **Valor Científico** é o resultado do potencial que se atribui, ao sítio em avaliação, para o conhecimento das sociedades que o construíram e utilizaram. Este valor é independente da antiguidade atribuída à incidência patrimonial em questão.

Mais uma vez, quando este valor foi indeterminável, não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 13 - Descritores do Valor Científico e respetivo valor numérico

No **Valor Histórico** valoriza-se a importância que a incidência patrimonial tem como objeto representativo de um determinado período histórico na região em questão. Neste caso a antiguidade do objeto já foi considerada, visto que, em geral, conservam-se menos vestígios dos períodos históricos mais recuados, o que aumenta a importância de cada vestígio singular.

Também foi considerado na atribuição deste valor que, para o conhecimento das sociedades pré-históricas, assim como para o conhecimento de muitos aspectos das sociedades históricas e mesmo contemporâneas, os vestígios materiais são a única fonte de informação disponível.

Também neste caso, se não foi possível determinar este valor, não foi usado no cálculo do valor patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 14 - Descritores do Valor Histórico e respetivo valor numérico

Com o **Valor Simbólico** pretende-se avaliar a importância que a incidência patrimonial tem para as comunidades que usufruem dela atualmente. A atribuição deste valor depende da perceção do sítio na identidade comunitária, da relação afetiva que as populações mantêm com ele, e da importância na sua vivência social e religiosa. Se não for possível determinar este valor, o mesmo não será usado para calcular o Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 15 - Descritores do Valor Simbólico e respetivo valor numérico.

O **Valor Patrimonial** resulta, pois, da avaliação dos sete fatores anteriormente descritos. Esta avaliação decorre da observação do sítio e análise da informação existente sobre o mesmo. Classifica-se cada sítio segundo um determinado “valor” (Inserção Paisagística, Conservação, Monumentalidade, etc.), através de uma valoração qualitativa (Elevado, Médio, Reduzido, por exemplo) à qual é atribuído um valor numérico conforme os quadros anteriores.

Como se considera que os ditos fatores não devem pesar da mesma forma no **Valor Patrimonial**, são ponderados de forma diferenciada, conforme os valores apresentados no Quadro 16.

Assim, o **Valor Patrimonial** é um índice que resulta da soma dos produtos dos vários critérios apresentados com o valor de ponderação, dividida pelo número total de categorias consideradas, ou seja:

$$(\text{Valor da Inserção Paisagística} \times 2) + (\text{Valor da Conservação} \times 3) + (\text{Valor da Monumentalidade} \times 2) + (\text{Valor da Raridade} \times 4) + (\text{Valor Científico} \times 7) + (\text{Valor Histórico} \times 5) + (\text{Valor Simbólico} \times 5) / 7$$

Se todos os fatores forem considerados, o Valor Patrimonial mais baixo atribuível será igual a 4, enquanto o valor mais alto será igual a 20. Só será obtido um valor patrimonial inferior a 4, o que corresponde à Classe E de Valor Patrimonial, se os únicos fatores considerados no cálculo do Valor Patrimonial forem aqueles cujo grau de ponderação é o mais baixo, a saber, o Valor da Inserção Paisagística, o Valor da Conservação e o Valor da Monumentalidade. Num caso destes, o Valor Patrimonial obtido reflete sobretudo o desconhecimento acerca da incidência patrimonial em questão e portanto deve ser manuseado com muita cautela.

Conforme o Valor Patrimonial cada incidência patrimonial é atribuível a uma **Classe de Valor Patrimonial**, correspondendo a Classe A às incidências patrimoniais de valor mais elevado e a classe E às incidências patrimoniais com menor valor.

Significado	Classe de Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Muito elevado	A	$\geq 16 \leq 20$
Elevado	B	$\geq 12 < 16$
Médio	C	$\geq 8 < 12$
Reduzido	D	$\geq 4 < 8$
Muito reduzido	E	< 4

Quadro 16 - Relação entre as Classes de Valor Patrimonial e o Valor Patrimonial

4.2 Localização administrativa

A área de enquadramento histórico deste projeto implanta-se no Distrito de Évora, concelho de Arraiolos e freguesia do Vimieiro.

N.º	Designação	Tipo de Sítio	CNS	Classificação	Legislação	Cronologia	Concelho	Freguesia	M	P	Bibliografia
1A	Defesa do Gato 1	Anta	1954	Património arqueológico	PDM de Arraiolos, art. 18º e 49º	Neo-calcolítico	Arraiolos	Vimieiro	34052	-92146	Leisner e Leisner, 1959a, 140 e Estampa 31, n.º 17; Rocha, Santos e Branco, 2013, 189
1B									34070	-92009	

Quadro 17 - Lista de ocorrências patrimoniais identificadas na área de enquadramento histórico

4.3 Factor de património

4.3.1 Caraterização da paisagem e do terreno

A paisagem abrangida é caracterizada pelo predomínio das colinas suaves, com vertentes pouco acentuadas e linhas de água sazonais. Os terrenos são usados para o pasto de animais e para a plantação de cereais (visibilidade média do terreno), com alguns sobreiros e azinheiras espalhados pela propriedade.

Contudo, convém mencionar que aquando da ida ao terreno verificou-se que estava em curso a construção da primeira fase da exploração pecuária, que não está sujeita a avaliação ambiental, por causa das suas dimensões. Assim, registou-se um importante setor já com solo artificializado, enquanto que a topografia do terreno se mantém conservada para a segunda fase de construção. O percurso pedestre decorreu normalmente, sem qualquer obstáculo à sua progressão no terreno.



Figura 1 - Vista geral do terreno (visibilidade média) com a construção dos pavilhões em curso (1ª fase)



Figura 2 - Vista geral do terreno (solo artificializado) com a construção dos pavilhões em curso (1ª fase)



Figura 3 - Vista geral do terreno da área a construir (2ª fase) (visibilidade média)



Figura 4 - Vista geral do terreno da área a construir (2ª fase) (visibilidade média)



Figura 5 - Vista geral do terreno da área a construir (2ª fase) (visibilidade média)

4.3.2 Ocorrências patrimoniais

Os trabalhos realizados (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica) não revelaram a existência de ocorrências patrimoniais na área de projeto, quer de natureza arqueológica, quer arquitetónica ou etnográfica.

5 Avaliação de Impacte Patrimonial

5.1 *Análise dos impactes patrimoniais*

Os trabalhos efetuados (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica do terreno) não revelaram a presença de ocorrências patrimoniais com valor etnográfico, significado arquitetónico ou interesse arqueológico, na área de incidência deste projeto.

Por este motivo não existem impactes patrimoniais negativos (diretos e indiretos) conhecidos na área de incidência da exploração pecuária do Monte Ruivo.

5.1.1 Fase de exploração

Não se preveem impactes negativos (diretos ou indiretos) no decorrer da exploração dos edifícios.

5.1.2 Síntese de impactes

Os trabalhos executados no âmbito do Descritor Património (levantamento bibliográfico de informação e prospeções arqueológicas da superfície do terreno) demonstraram a inexistência de ocorrências patrimoniais na área de incidência do projeto.

Assim, em termos patrimoniais pode considerar-se como viável o projeto de empreitada proposta para análise.

5.2 *Medidas de minimização patrimonial*

5.2.1 Fase de construção (acompanhamento arqueológico)

A construção de novos edifícios terá que ter acompanhamento arqueológico permanente e presencial durante as operações que impliquem movimentações de terras (desmatações, escavações, terraplenagens, depósitos e empréstimos de inertes), quer estas sejam feitas em fase de construção, quer nas fases preparatórias, como a desmatagem.

Antes de a obra ter início deverão ser discutidas, por todos os intervenientes, as medidas necessárias para evitar a destruição de sítios com valor patrimonial que venham a ser identificados, bem como, os procedimentos e normas a cumprir durante o Acompanhamento Arqueológico.

As observações realizadas pela equipa de arqueologia deverão ser registadas em Fichas de Acompanhamento, que têm os seguintes objetivos principais:

- Registrar o desenvolvimento dos trabalhos de minimização.
- Registrar todas as realidades identificadas durante o acompanhamento arqueológico (de carácter natural e de carácter antrópico) que fundamentam as decisões tomadas: o prosseguimento da obra sem necessidade de medidas de minimização extraordinárias ou a interrupção da mesma para proceder ao registo dos contextos

identificados e realizar ações de minimização arqueológica, como por exemplo, sondagens arqueológicas de diagnóstico.

Sempre que for detetado um novo local com interesse patrimonial, este deverá ser alvo de comunicação ao Dono de Obra, ao Empreiteiro e à Direção Regional de Cultura do Centro, pelos canais que vierem a ser combinados em sede própria.

Após a conclusão do acompanhamento arqueológico de campo terá de ser realizado um relatório final com uma síntese de todas as tarefas efetuadas. Assim, deverá ser feito um texto, no qual serão apresentados os objetivos e as metodologias usadas, bem como, uma caracterização sumária do tipo de obra, os tipos de impacte provocados e um retrato da paisagem original. Por fim, deverão ser caracterizadas todas as medidas de minimização realizadas, os locais de incidência patrimonial eventualmente identificados e descritos criteriosamente todos os sítios afetados pelo projeto.

As medidas patrimoniais genéricas aplicadas a todos os locais situados na zona abrangida pelo projeto são as seguintes:

- Proteção, sinalização e vedação da área de proteção de cada local identificado nos trabalhos, desde que não seja afetado diretamente pelo projeto.
- Realização de sondagens arqueológicas manuais, no caso de se encontrarem contextos habitacionais ou funerários, durante o acompanhamento arqueológico.
 - As sondagens serão de diagnóstico e têm como principais objetivos: identificação e caracterização de contextos arqueológicos; avaliação do valor patrimonial do local; apresentação de soluções para minimizar o impacto da obra.

6 Bibliografia

ALBERGARIA, J.

(2001) - Contributo para um modelo de estudo de impacto patrimonial: o exemplo da A2 (Lanço Almodôvar/VLA). *Era Arqueologia*. 4: 84-101

CALADO, M.

(2001a) - *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: Um estudo de pré-história regional*. Lisboa: IPA

(2004a) - *Menires do Alentejo Central*. Tese de Doutoramento.

(<http://www.crookscape.org/tesemc/tese.html>)

FERREIRA, M. M. N. e SOARES, A. M. S. S.

(1994) - A Toponímia do Concelho de Almodôvar. *Vipasca*. Aljustrel. 3: 99-119.

LEISNER, G. e LEISNER, V.

(1959a) - *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Westen*. (Madrider Forschungen, Bd. I,2).

PASSÃO, T. D. S.

(2015a) - *De território romano a condado medieval: a transição na ocupação do espaço da época romana para a medieval no concelho de Arraiolos*. Évora: Universidade de Évora.

ROCHA, L. e SANTOS, I.

(2013a) - Contributo para o Conhecimento do Concelho de Arraiolos: O Projeto Lapa. *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 141 - 150.

ROCHA, L.; SANTOS, I. e BRANCO, G.

(2013) - *Património(S) de Arraiolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos.

SILVA, A. C. S. e PERDIGÃO, J.

(1998) - *Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos*. Arraiolos: Câmara Municipal.

7 Ficha Técnica

Direção do Departamento Técnico: Mulize Ferreira

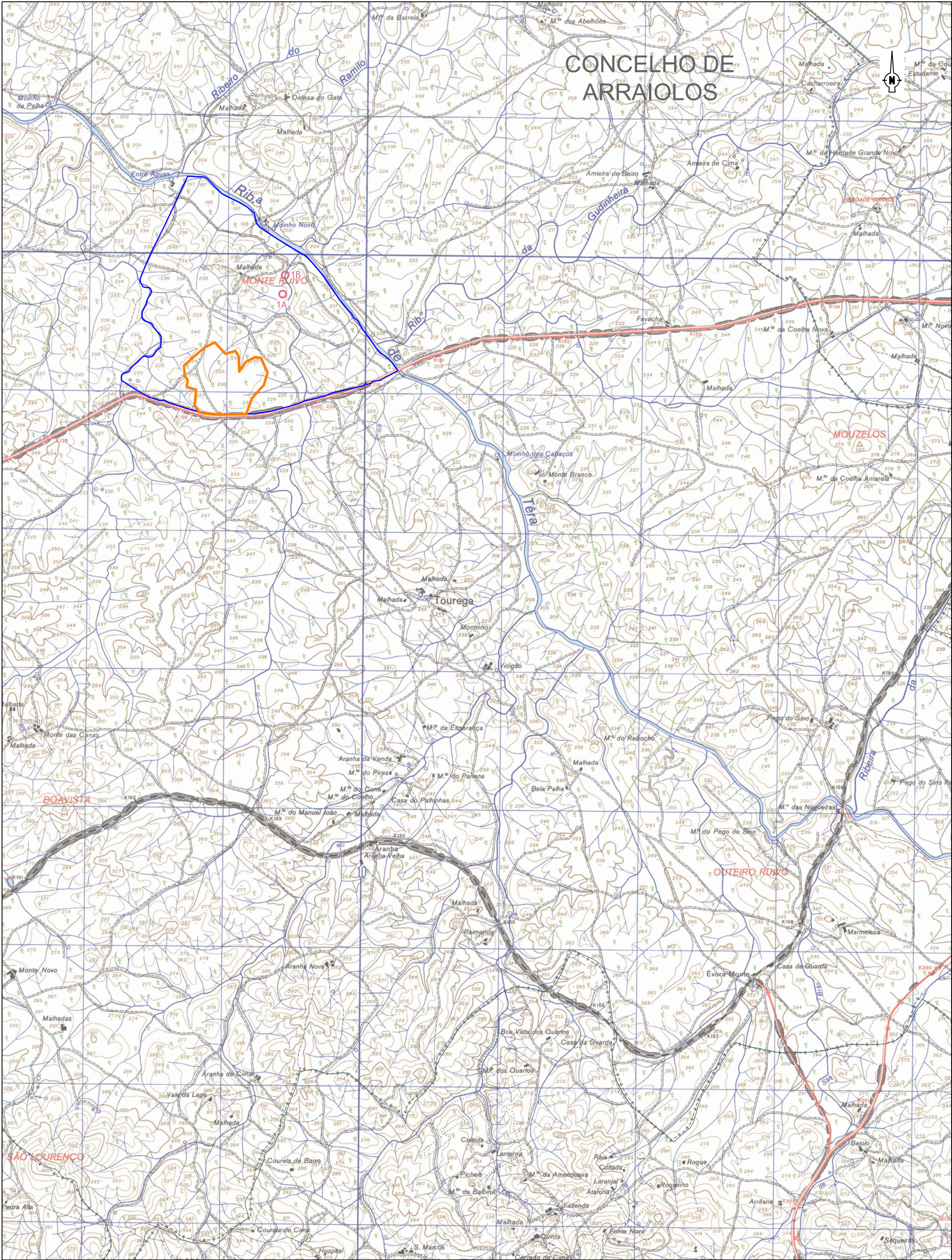
Direção Científica do Trabalho: João Albergaria

Prospeções arqueológicas: João Albergaria

Execução do Relatório: João Albergaria e Mulize Ferreira

Desenhos de Auto-Cad: João Albergaria

Anexo I: Documentação gráfica



LEGENDA

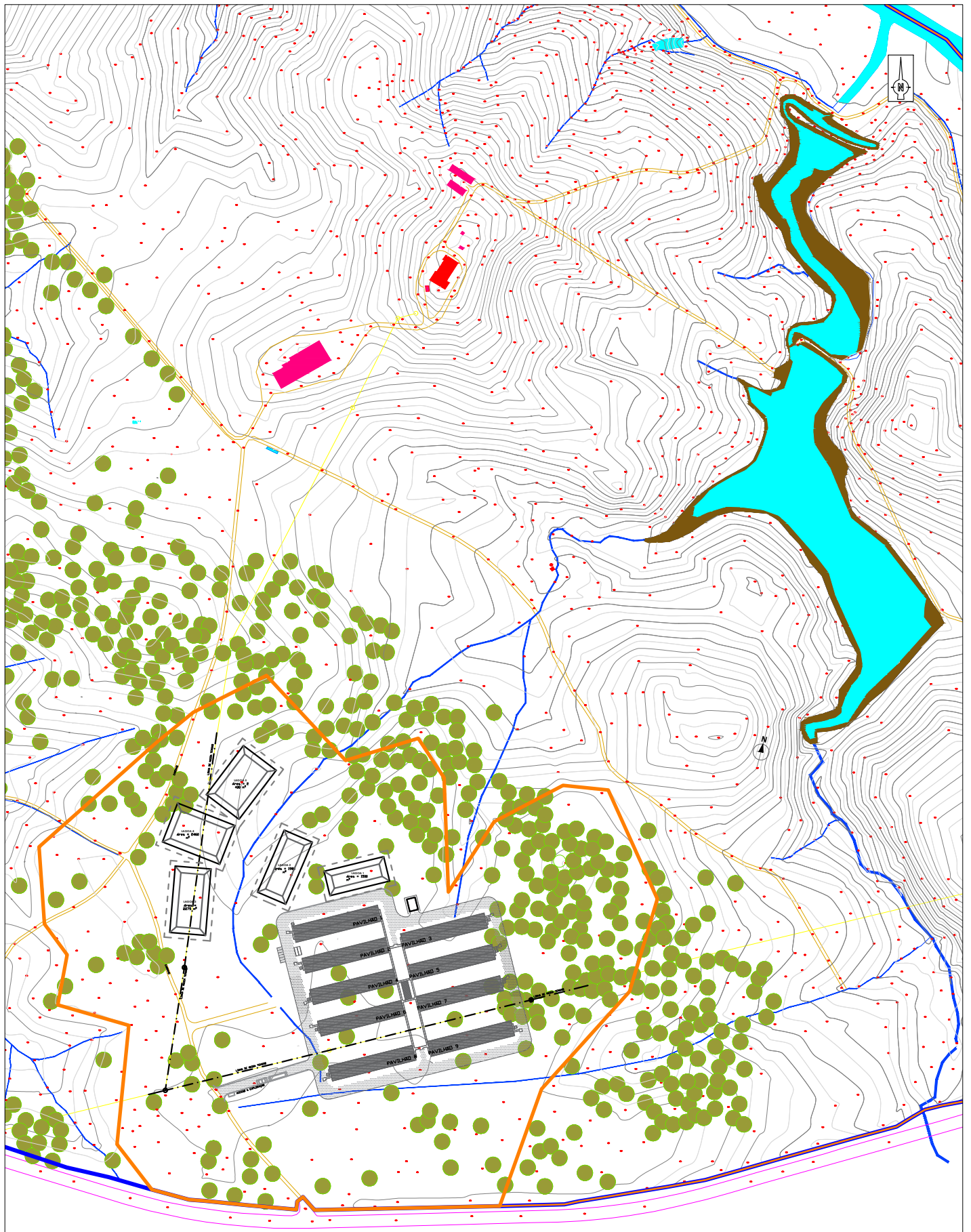
- Área de enquadramento histórico
- Área de incidência de projeto
- Ocorrências patrimoniais
- Ocorrências inventariadas no Plano Diretor Municipal de Arraiolos



Projeto: 851_20
Descritor de Património
Estudo de Impacte Ambiental (PE)
Folha: 1.01
Exploração pecuária do Monte Ruivo (Arraiolos)

Escala:
1:25000
Situação de referência

Coord:
ETRS 89
Fonte: CMP 425
Executado por: João Albergaria 29/07/2021



LEGENDA

- Área de incidência de projeto
- Ocorrências patrimoniais



Projeto: 851_20
 Descritor de Património
 Estudo de Impacte Ambiental (PE)
 Exploração pecuária do Monte Ruivo
 (Arraiolos)

Folha: 2.01

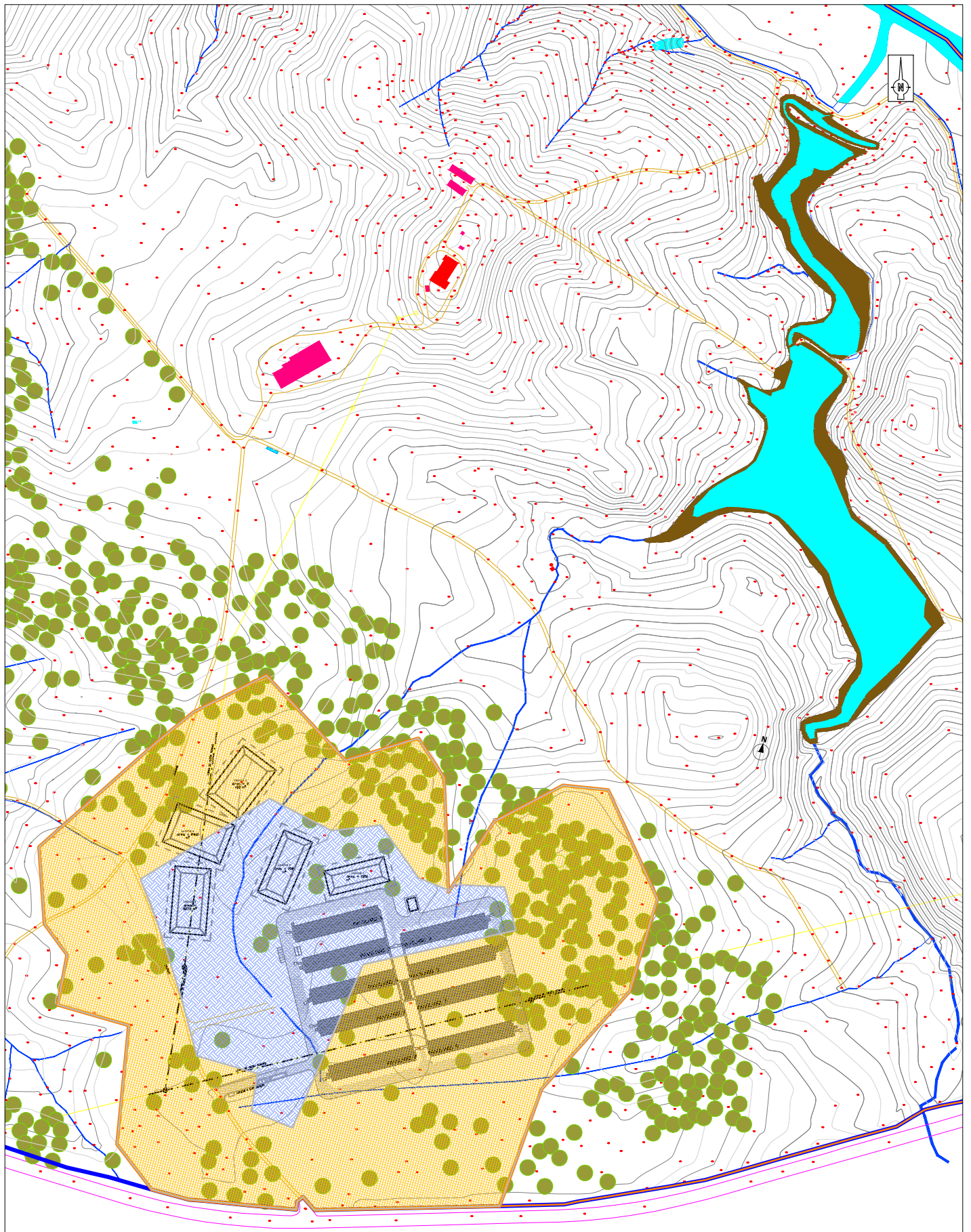
Escala:
 1:5000

Coord:
 ETRS 89

Projeto de execução

Executado por: João Albergaria

29/07/2021



LEGENDA

- Área de incidência de projeto
- Ocorrências patrimoniais
- Visibilidade média do terreno
- Visibilidade má do terreno
- Área vedada
- Solo artificializado



Projeto: 851_20		
Descritor de Património		
Estudo de Impacte Ambiental (PE)		
Exploração pecuária do Monte Ruivo (Arraiolos)		
Folha: 3.01	Visibilidade do terreno	
Escala: 1:5000	Executado por: João Albergaria	
Coord: ETRS 89	29/07/2021	

Anexo II: Inventário de fotografias

N.º	Sítio	Assunto	Orientação
1	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
2	Geral	Vista geral do terreno	O - E
3	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
4	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
5	Geral	Vista geral do terreno	S - N
6	Geral	Vista geral do terreno	NO - SE
7	Geral	Vista geral do terreno	S - N
8	Geral	Vista geral do terreno	NO - SE
9	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
10	Geral	Vista geral do terreno	NO - SE
11	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
12	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
13	Geral	Vista geral do terreno	N - S
14	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
15	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
16	Geral	Vista geral do terreno	NO - SE
17	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
18	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
19	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
20	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
21	Geral	Vista geral do terreno	E - O
22	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
23	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
24	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
25	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
26	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
27	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
28	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
29	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
30	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
31	Geral	Vista geral do terreno	O - E
32	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO

Anexo III: Inventário de fotografias impressas

N.º	Sítio	Assunto	Orientação
2	Geral	Vista geral do terreno	O - E
6	Geral	Vista geral do terreno	NO - SE
12	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
15	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
21	Geral	Vista geral do terreno	E - O
23	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
28	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
30	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE